CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO DE 2011

Relatório do Conselho de Administração

Introdução

A **CE - Circuito Estoril, S.A.**, é uma sociedade anónima resultante, por um lado, da mudança de denominação da Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, SA e, por outro, da transferência de exploração de actividade e de activos da Sociedade Gestora do Autódromo Fernanda Pires da Silva, SA, já extinta em 2009 (ambas participadas a 100% pela PARPÚBLICA - Participações do Estado (SGPS) SA, como sucede actualmente com a CE) operações essas promovidas e consubstanciadas em deliberação unânime por escrito da accionista, de 31 de Março de 2007.

A CE tem exercido a sua actividade, por força dos respectivos estatutos e em execução dos objectivos, externa e internamente fixados, numa linha de manutenção da exploração do Circuito do Estoril, em cujo cenário avulta a realização anual do Grande Prémio de Motociclismo, patrocinado pelo Turismo de Portugal - neste momento, com um contrato em curso por um período a terminar em 2011, de prorrogação já em previsão em novos moldes - procurando, simultaneamente, reforçar as suas valências complementares e avançar com novos projectos de rentabilização do activo do Estado a seu cargo.

A accionista procedeu à nomeação de novos órgãos sociais em 2008, os quais iniciaram funções em 1 de Dezembro de 2008.

Não tendo havido novas nomeações em 2011 continuam em funções, nos termos legais, os mesmos titulares

Assim:

O Conselho de Administração da empresa manteve em 2011 a seguinte composição:

Presidente, executivo**:** Eng. Domingos Caetano Ramos Piedade
Vogais: Dra. Maria Isabel Brazão Garcia Courinha, administradora executiva
Dr. Abílio Ramos Marques, administrador não executivo

PRINCIPAIS FACTOS OCORRIDOS EM 2011

O ano de 2011, conforme foi focalizado no orçamento e no plano respectivos e porque inserido no forte contexto mundialmente regressivo no sector teria, incontornavelmente, de constituir um ano de curva descendente, tão prevista quanto inevitável.

Ainda assim, com cerca de 176 dias de ocupação efectiva, o Circuito do Estoril conseguiu atingir uma importante meta, num ano cujas previsões apontavam para uma queda, se não livre pelo menos forte, no sector e para uma redução de actividade ditada pelo contexto macroeconómico envolvente.

Em 2011 o Circuito do Estoril revelou-se uma vez mais como uma estrutura de significativa importância económica não apenas para a região de Turismo de Estoril e Cascais, como também a nível nacional contribuindo, mesmo em ano de reconhecida crise, para uma importante produção de riqueza e de imagem do País.

Palco de variadas competições nacionais e internacionais, o traçado permanente português de maior carisma voltou a ser, em 2011 e dentro das balizas de contracção mantidas no cenário envolvente, o palco escolhido por marcas carismáticas para levarem a cabo apresentações mundiais, testes e cursos.

Assim, foram visíveis e prestigiantes as apresentações, nacionais e internacionais, de que avultou a da Michelin, durante cerca de 15 dias e contando com numerosos convidados estrangeiros, designadamente jornalistas, sendo o Circuito do Estoril um dos circuitos "nominated by Michelin", com realização de vários eventos incluindo carros de competição e viaturas topo de gama.

Evento a que se seguiram também outras apresentações, nomeadamente da BMW e da Porsche Ibérica.

Muitos convidados estrangeiros de gama alta voltaram a passar, assim, pelo nosso País, contribuindo para uma promoção ao mais alto nível do potencial turístico de Portugal, vista com muito agrado pela indústria hoteleira e de restauração desta zona, Sintra e Lisboa.

Outra área em que o nosso traçado se tem vindo a destacar e a obter cada vez mais penetração de mercado é a formação. Considerado por muitos como sendo um traçado exigente, são várias as marcas de prestígio que continuam a escolher o Estoril para ministrarem cursos de condução aos seus clientes.

Também no plano da competição passaram pelo Circuito do Estoril eventos internacionais como a prova do campeonato francês de resistência Le Mans Series, o campeonato GT de

Espanha, no qual participam diversos pilotos nacionais, ainda e pela primeira vez na Europa a Porsche Cup do Brasil – que marcou de novo o traçado do Estoril para o seu campeonato de 2012 – a corrida V de V e, sobre todos, de novo o campeonato mundial de Moto GP, a aportar, como sempre, ao Estoril, dezenas de milhares de estrangeiros com as inerentes vantagens financeiras e de imagem nacional.

Assim, a actividade pela qual o traçado é mais conhecido: o desporto motorizado, apesar de todas as vicissitudes vividas ao longo do ano, a nível nacional e internacional, foi muito rico na oferta ao público português.

Tradição desde 2000, o Campeonato do Mundo de MotoGP conseguiu, apesar das vicissitudes do forte temporal ocorrido nos seus dois primeiros dias, incluindo tempestade de granizo e descarga de raios sobre a zona da pista, a que acresceu a sua simultaneidade com a data do Open do Estoril e o Dia da Mãe, atingir, em 2011, uma casa com cerca de **62 114 espectadores** no traçado, evento que traz a Portugal número incalculável de turistas estrangeiros, o que será certamente um dos objectivos funcionais do Turismo de Portugal.

Certificada de novo pela FIA a pista do Circuito do Estoril para testes de Fórmula 1, foram realizados testes na mesma pelo piloto brasileiro de F1 Luís Razia ainda em 2010.
Em 2011 contámos no Circuito do Estoril, durante 3 dias, com a presença do campeão de Fórmula 1 Lewis Hamilton, num evento promocional realizado com viaturas McLaren.. 2316

Salienta-se ainda que, para além das corridas também o traçado do Estoril foi palco de variadas sessões de testes, com as melhores equipas nacionais e estrangeiras, avultando os testes das equipas de Moto GP, Moto 2 e Rookies, a utilizarem o nosso circuito para preparar as suas competições. Algo que também aconteceu com as marcas de pneus, tanto de produtos para carros de série, como para competição em quatro e duas rodas.

Foi ainda o Circuito utilizado para formação e eventos diversos, como filmagens.

Para lá da exploração do circuito e não menos importante, foram mantidas medidas efectivas de impacto relativas à desejada rentabilização do activo do Estado, promovendo a sua expansão para novas funcionalidades, não só geradoras de mais-valia financeira mas, também, transponíveis para o plano de interesse público que constitui a prevenção rodoviária, através da formação especializada em geral para combate à sinistralidade, que é um dos alvos em que o País aposta.

Nesse âmbito, com a anuência do accionista, foram iniciadas novas diligências para operacionalização de um Kartódromo internacional de competição e escola, dentro da estrutura do circuito, visando maximizar o aproveitamento daquela estrutura desportiva pela criação das novas valências referidas, uma vez tendo ficado sem efeito o contrato anteriormente celebrado, por impossibilidade de licenciamento do projecto então apresentado. Foram, assim, iniciados e desenvolvidos novos estudos de implementação ainda em curso.

Sublinha-se ainda que, para exploração do projecto em causa se mantém o projecto de parceria de cooperação entre a CE e o ACP a qual contribuirá, seguramente, para a expansão, densificação e melhor aproveitamento dos recursos em criação.

Estão já em estudo outras medidas absolutamente pioneiras no nosso País e que irão ser apresentadas, a seu tempo, ao accionista e ao público, reforçando o lema "valorização dos activos" do mais emblemático circuito permanente em Portugal.

No plano jurídico-legal, foi regularizada pela accionista a situação do capital que vinha sendo apontada há alguns exercícios, de desconformidade com o Código das Sociedades Comerciais.

Assim, fora já efectuada a redução do capital social em 36 780 000,00 €, passando de 61 300 000,00 € para 24 520 000,00 €, através da redução do valor unitário das acções de 5,00 € para 2,00 €, e o aumento do capital em 5 480 000,00€, passando para 30 000 000,00 €, através da emissão de 2 740 000 acções ordinárias nominativas, com o valor nominal de 2,00 € cada, subscritas pela accionista única -- .tendo em 2011 sido realizado o montante diferido para 2011.

AMBIENTE MACROECONÓMICO

Deparou-se o ano de 2011 com parâmetros que não podem deixar de ser ponderados na sua avaliação, emergentes da crise internacional que se despoletou em 2008 e tem fluido desde então, a qual não deixou de marcar a sua forte influência em 2011, como foi previsto no orçamento e no plano respectivos, reflectindo efeitos do contexto económico de recessão designadamente ao nível de contracção previsional na procura, isto é, surgindo figuras de "cancelamento" de contratos e procura de compactação de testes diversos num mesmo dia, reduzindo o índice potencial de ocupação do circuito nessa dimensão.

Tal não impediu, contudo, que tivessem sido atingidos os 176 dias de ocupação de pista, mesmo contra a previsão que se situava nos 227 dias, o que se pode considerar uma boa meta, no contexto circundante fortemente negativo no sector.

GOVERNO DA SOCIEDADE

MISSÃO E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

De acordo com os respectivos estatutos, datados, em última versão, de 31 de Março de 2007, constitui missão exclusiva da CE – Circuito Estoril, SA, a gestão, incluindo locação, sublocação, exploração ou cessão de exploração do imóvel correspondente à infra-estrutura desportiva do Autódromo Fernanda Pires da Silva, propriedade da sociedade.

Constitui orientação estratégica definida pela accionista a necessidade de manter a exploração do autódromo, reforçando as suas valências complementares, apoiando o Grande Prémio de Motociclismo patrocinado pelo Turismo de Portugal e, ainda, gerar mais-valias para o activo do Estado em causa.

Constitui orientação estratégica interna, no cenário estatutário e tutelar referido, gerir o equipamento em causa com o objectivo central de criação de valor, assegurando o crescimento dos resultados líquidos com a visibilidade inerente e procurando, simultaneamente, conter o endividamento.

POLITICAS DA EMPRESA

- **Modelo de governo**

É consagrado nos estatutos da sociedade, na versão aprovada em 31 de Março de 2007, que a mesma dispõe de uma estrutura de governo integrada por um **Conselho de Administração**, uma **Assembleia geral** e um **Fiscal Único**, podendo ainda vir a ser designado um **Secretário.**

O **Conselho de Administração** funcionou com 2 membros executivos, um dos quais o Presidente, bem como com um membro não executivo.

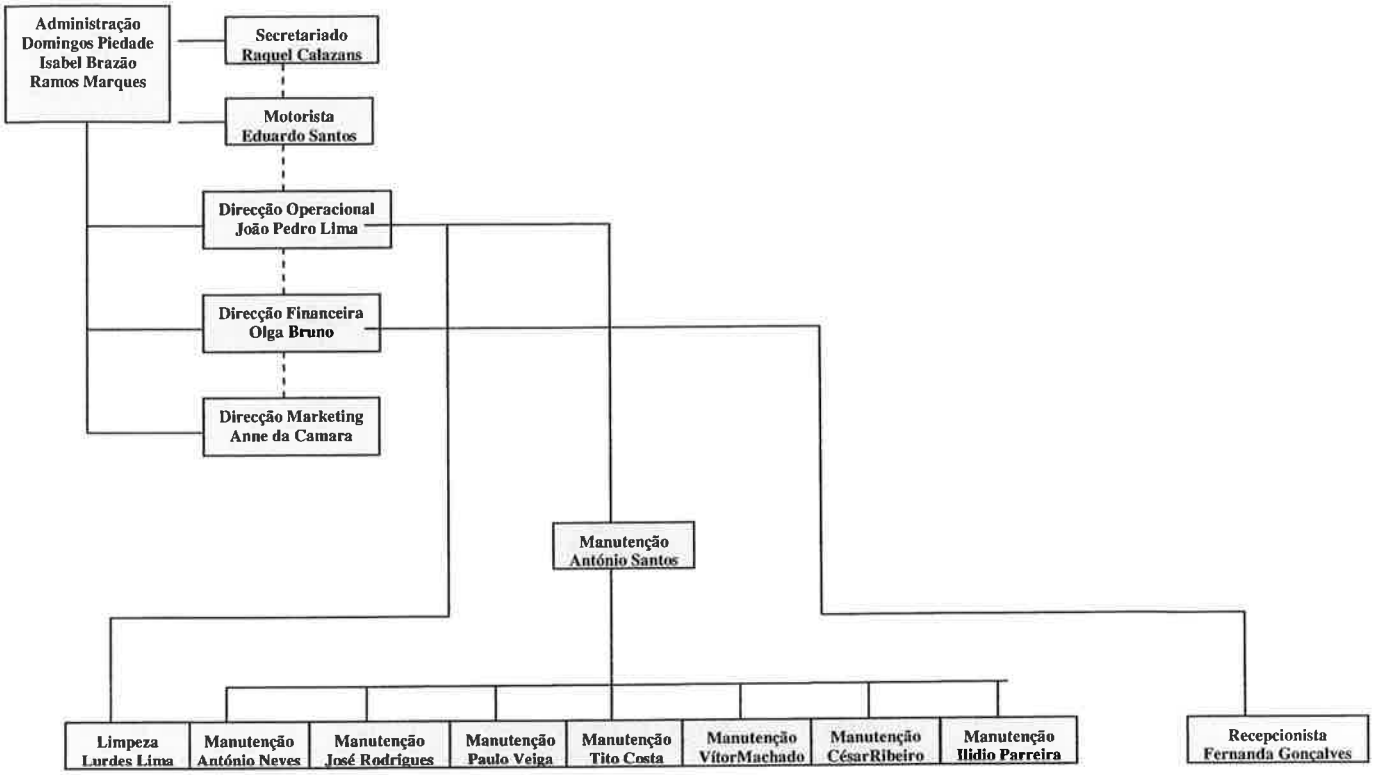
- **Organização interna**

Na condução da sua actividade em matéria de organização interna, a sociedade procurou garantir a eficácia da sua actuação de gestão através da implementação de estruturas leves com compartimentação de responsabilidades respectivas.

Segue o actual Organograma:

CE Circuito Estoril SA

ORGANOGRAMA



❖ Política de requalificação de recursos humanos

Sendo inegável a necessidade de promover a qualificação dos recursos humanos visando a sua constante actualização e valorização, tornou-se, simultaneamente, incontornável a pesada condicionante à melhor requalificação desejável que constitui a reduzida dimensão dos recursos humanos existentes face ao volume de trabalho em 2011 bem como as pesadas limitações orçamentais.

❖ Política de financiamento e de gestão do risco financeiro

A dívida remunerada da "CE – Circuito Estoril, SA", não considerando os contratos de leasing, registou no exercício um acréscimo de cerca de 287 mil euros, passando de 961.659 euros para 1.248.659 euros.

A dívida é constituída por:

- Suprimentos do accionista único, a Parpública, os quais já no final de 2010 se situavam em 962 mil euros, tendo registado o mesmo valor no presente exercício.
- Descoberto em conta corrente, que no final do ano em análise se situava em 286.660 euros, valor que correspondeu ao acréscimo verificado nesta rubrica no decurso do período.

Os juros suportados pela Empresa no endividamento referido situaram-se, em 2011, em cerca de 54 milhares de euros.

Os riscos associados ao financiamento da Empresa consistem no risco de taxa de juro, a qual não está coberta por instrumentos específicos.

- **Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita**

Externos

Para além da sua sujeição ao Código das Sociedades Comerciais como sociedade anónima, a CE é detida a 100% pela PARPÚBLICA – Participações Públicas, SA.

Encontra-se, assim, adequadamente enquadrada na moldura legal prevista para o grupo empresarial do Estado, de que avultam o DL nº. 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção dada pelo DL nº. 300/2007, de 23 de Agosto, o DL nº. 71/2007, de 27 de Março (Estatuto do Gestor Público), a Resolução do Conselho de Ministros nº. 49/2007, de 28 de Março, que definiu os princípios do bom governo nas empresas do Estado, e a Resolução do Conselho de Ministros nº. 70/2008, de 22 de Abril, relativa às orientações estratégicas para o sector empresarial do Estado.

Internos

Existe um regulamento interno de 2003 sobre definição de competências e interacção de funções já parcialmente alterado em 2007, tendo sido **elaborado um sistema de controlo interno, com o respectivo manual de procedimentos.**

Aderiu-se ao código de ética da Parpública.

SUSTENTABILIDADE E CUMPRIMENTO DE OBJECTIVOS

- **Objectivos de gestão fixados e seu grau de realização**

Em execução das orientações estratégicas externas e internas foram fixados objectivos de maximização da ocupação rentável e visível do circuito do Estoril, num cenário condicionado já por parâmetros atrás identificados, como o das perspectivas de conjuntura económica menos favorável.

É com satisfação que se constata e confirma, findo o exercício, que, passe a conjuntura exterior progressivamente adversa, foram atingidos objectivos muito próximos do previsto a nível de ocupação de pista.

Assim e designadamente, para uma prevista ocupação de 227 dias conseguiu atingir-se, em ambiente muito limitativo, o patamar dos 176 dias, meta considerada muito boa.

A operacionalização do kartódromo, fonte de receita operacional para a CE no 2º semestre de 2011, foi impedida pelo indeferimento camarário do projecto global de requalificação do Autódromo, o que implicou todo o desvio orçamental negativo inerente em 2011.

Espera-se que com a reformulação em curso do projecto o kartódromo possa gerar a receita prevista a partir do 2º semestre de 2012.

A nível financeiro contra a previsão orçamental para 2011 de um resultado líquido antes de imposto de 168 597 € positivos atingiu-se um resultado liquido antes de imposto negativo de ~~1 532~~ 526 322,50 ~~382,38~~ **€, podendo ter sido atingido resultado positivo se o forte temporal ocorrido nos dois primeiros dias do Moto GP não tivesse provocado a redução consequente da receita de bilheteira e se o kartódromo tivesse efectivamente iniciado a sua exploração, conforme previsto, no 2º semestre de 2011 – o que não ocorreu por indeferimento do projecto específico então apresentado pela Câmara.**

❖ Sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

Encontra-se em fase de preparação um plano estratégico de negócios com o objectivo de assegurar a sustentabilidade da Empresa em termos económicos e sociais.

A Empresa tem vindo a acompanhar os aspectos ambientais relacionados com a actividade que desenvolve, e designadamente na preparação dos novos projectos de kartódromo e escolas.

❖ Avaliação do cumprimento dos princípios do bom governo

A condução da gestão da sociedade teve como norma o cumprimento da legislação e regulamentação em vigor, procurando adaptar-se e iniciar a implementação dos instrumentos necessários.

Os órgãos sociais funcionam nos termos legais, verificando-se a necessária e legal separação de poderes na sua estruturação.

Manteve-se o processo de renovação do site, em ordem a contemplar toda a informação actualmente de divulgação obrigatória, fornecendo também uma imagem mais renovada da empresa.

Foi criado um novo sistema de controlo interno e elaborado o respectivo manual de procedimentos.

Procedeu – se à apresentação do plano para 2012 e respectivo orçamento.

Procede-se, no relatório de gestão de 2011 à divulgação de todos os elementos da sua actuação, bem como à publicitação dos elementos relativos aos respectivos administradores e a todos os que, no contexto actual, correspondem ao cumprimento dos princípios do bom governo.

- **Prazos médios de pagamentos a fornecedores**

Tipo de encargos e compromissos nos termos do artigo 2.º DL n.º 65-A/2011	Dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011 December 2011			
	Após 90 dias	Após 120 dias	Após 240 dias	Após 360 dias
Aquisições de bens e serviços		2.403.433,00		1.204.500,00
Aquisições de capital				
Saldo em dívida (Total)		2.403.433,00		1.204.500,00

OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE O MODELO DE GESTÃO

- **Identificação dos membros dos órgãos sociais nesta data**

Mesa da Assembleia-Geral:
- Presidente: Dr.ª Ana Paula Costa Ribeiro;
- Secretária: Dr.ª Catarina Amaral Marques.

Conselho de Administração:
- Presidente, executivo: Eng. Domingos Caetano Ramos Piedade;
- Vogal executiva: Dr.ª Maria Isabel Brazão Garcia Courinha;
- Vogal não executivo: Dr. Abílio Ramos Marques.

Fiscal único efectivo:
- BDO & Associados, SROC, Lda. representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias.

Fiscal única suplente:
- Dr.ª Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério.

❖ **Informação obrigatória sobre acumulação de funções, *curricula* e remunerações dos Administradores**

Não existe acumulação com outras funções por parte dos administradores neste momento

Curricula dos Administradores

Presidente

CV Eng° Domingos Caetano Ramos Piedade

Data de nascimento:	26.12.1944 em Lisboa/Portugal	
Estado:	Casado, quatro filhos, cinco netos	
Residência:	Carcavelos, Portugal	
	Primária:	Lisboa
	Liceu:	Gil Vicente, Lisboa
		Pedro Nunes, Lisboa
		CNA, Tomar
1962		Liceu de Santarém
1968	Engenharia Mecânica (Instituto Superior de Engenharia de Colónia)	
1971	Engenharia Económica (Instituto Superior de Engenharia Económica de Colónia) Titulo: Graduierter Wirtschaftsingenieur, Ing. (grad.)	

1972-1979	Management Emerson Fittipaldi: 2 Títulos mundiais (1972 + 1974) 2 Vice campeonatos do mundo (1973 + 1975)
1975	Campeão Mundial de Marcas (Alfa Romeo) como Director de Competição
1979-1985	Management de entre outros, Walter Röhrl, Michele Alboreto, Ayrton Senna: Vários títulos nacionais e mundiais nos Campeonatos de Ralis, Protótipos, Formula 3 e Formula 1
1983-1985	Consultor da AMG Motorenbau- und Entwicklungsgesellschaft mbH
1985-1999	**Membro do Conselho de Administração da AMG:** **Administrador Executivo**
1999 -2005	**Membro do Conselho de Administração da Mercedes-AMG GmbH** **(Grupo DaimlerChrysler)** **Administrador Executivo, Responsável pelas Vendas e Marketing, Relações Internacionais e Globais**
2005-2006	**Sénior Adviser do Conselho de Administração da Daimler Benz** Vendas e Marketing Relações Internacionais e Globais
Desde Fevereiro 2002	**Membro do RCIEP** Grupo de Conselheiros Internacionais para o Desenvolvimento da Economia Portuguesa
Desde Março 2003	**Presidente do Conselho de Administração do Circuito do Estoril com funções executivas desde 2006 até hoje**
Idiomas	Português, Alemão, Inglês, Francês, Italiano, Espanhol, fluentes
Hobbies	Desporto Automóvel (é obvio...) Futebol (Sócio nº 1853 do SL Benfica...) Automóveis clássicos (Coleccionador)

Contactos e Relações	- Com a Industria Automóvel Alemã e Japonesa - Com os meios Sociais e Económicos Europeus, Próximo Oriente, Médio Oriente e Extremo Oriente - Com os meios Internacionais de Relações Públicas e da Comunicação, referentes à Indústria Automóvel, ao Desporto, à Economia - Nos últimos 30 anos tem sido conselheiro e impulsionador de vários pilotos portugueses dos mais diversos desportos motorizados.
2007 / 2009	Desde Julho de 2009, tem também dedicado, para além das suas funções como Presidente do C.A. do CE -Circuito Estoril S.A., muito da sua atenção ao desenvolvimento de contactos a alto nível entre órgãos oficiais governamentais nacionais e seus congéneres estrangeiros, bem como potenciais investidores de carácter bilateral entre Portugal e países do Médio Oriente e Sudeste Asiático.

Vogal Executiva

Curriculum vitae

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Maria Isabel Brazão Garcia Courinha
Nacionalidade: Portuguesa
Data de nascimento: 18.08.1950
Morada: Lisboa

QUALIFICAÇÕES

Título académico

- Licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, em 1974

Qualificações extra-escolares

- Direito Comunitário, na Comissão Europeia, em Bruxelas, com incidência nas diversas áreas do Direito Comunitário, em especial nas vertentes de Direito das Sociedades, Controlo Financeiro e Combate à Fraude e à Corrupção, com acompanhamento de processos na vertente "Concorrência" junto do Tribunal Europeu, no Luxemburgo

- Acções de em Paris/OCDE no âmbito das diversas entidades encarregadas do controlo fiscal, do controlo financeiro e combate à fraude e à corrupção e da aplicação e controlo dos fundos comunitários por parte de entidades públicas e de empresas privadas (1990)

- Estudo em Seattle, na Microsoft Corporation, de aplicações de âmbito mundial em matéria de *e-goverment*

- Estudos, projectos e implementação casuística de modelos de gestão de frotas incluindo o *renting* operacional de veículos

- Estudo de aplicações internacionais e pluri-disciplinares de *e-government*

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL CARGOS E FUNÇÕES

De Consultoria

- Assessora do Ministro das Finanças (1975)

  Consultoria nas áreas jurídico-fiscal, do direito financeiro e das sociedades e

do combate à corrupção e à fraude

- Assessora do Secretários de Estado da Administração Interna, do Ministro da Administração Interna e do Secretário de Estado Adjunto do Ministro (1999 a 2001)

  Consultoria e apoio à decisão nas áreas financeira, de gestão patrimonial, basicamente nas vertentes imobiliária e de gestão do parque automóvel, controlo e criação de sistemas de informação

  Cooperação na preparação dos Orçamentos do MAI (incluindo PIDDAC) e de todos os Departamentos tutelados pelo MAI

  (v.g. Direcção-Geral de Viação, Forças de Segurança/PSP e GNR, Serviço Nacional de Incêndios, Protecção Civil, Governos Civis, Serviço Nacional de Eleições, Gabinete de Planeamento de Instalações, ...)

  Funções de " finantial controller" no MAI, com coordenação de núcleo de controlo orçamental abrangendo todos os Departamentos do MAI, na dependência directa do Ministro da Administração Interna, em interface com o Ministério das Finanças

- Directora do Serviço Jurídico da Inspecção-Geral de Finanças (1978 a 2005) em simultâneo com outras funções externas

  Coordenação de funções de Consultoria, Apoio à decisão governamental e preparação de inúmera legislação, incluindo Códigos, regulamentos, medidas de divulgação, v. g. nas áreas de Direito Económico, Finanças Públicas, Combate à Corrupção e à Fraude, Direito Comunitário, Direito das Sociedades, Direito da Informática e Informática do Direito.

- Advocacia (1974/1976)

- Consultora da PARPÚBLICA-PARTICIPAÇÕES PUBLICAS, SGPS (2005 a 2008)

  Consultoria jurídica na área de Parcerias Público-Privadas e Project Finance (v.g. Novos Hospitais e SCUTs) e sector empresarial do Estado em geral (EPEs,...)

  Membro de Comissões de Acompanhamento/ de Avaliação de Propostas em concursos públicos internacionais de PPP, designadamente dos Novos Hospitais de Loures, Cascais e Vila Franca de Xira e Braga, em representação do Ministério das Finanças, em curso

<u>De Inspecção e Controlo Jurídico-Financeiro na Inspecção-Geral de Finanças IGF</u>

- Inspectora de Finanças e Inspectora Principal: 1974, 1976
- Inspectora Directora da IGF: 1978 a 2005
- Inspectora de Finanças Superior Principal (topo de carreira): 1981 e em actual

Controlo jurídico-financeiro das Finanças Públicas, incluindo, além de consultadoria, preparação de legislação e de medidas de implementação do controlo e de combate à fraude e à corrupção, acções inspectivas e de fiscalização concreta, com incidência sobre todas as entidades dos sectores público, empresarial do Estado, empresarial privado, cooperativo e participação em concursos públicos internacionais diversos, nomeadamente privatizações/reprivatizações.

De Gestão e controlo

Sector Público

- Directora da Inspecção-Geral de Finanças (1978 a 2005) em simultâneo com outras funções)

  Funções já elencadas

- Subdirectora-Geral da Direcção-Geral do Património do Estado (1996/99 e 2001/2002)

- Directora-Geral do Património do Estado (2002/2003)

  *Gestão do património imobiliário do Estado, Gestão da frota automóvel do Estado e da Central de Compras (*Aprovisionamento público) do Estado, com *apresentação em 2002 de projectos de diplomas legais interactivos propondo novos modelos de gestão dos parques do Estado, automóvel e imobiliário, visando objectivos de racionalização, operacionalização, redução de custos e dignificação patrimonial.*

Sector Empresarial Público/ Privado

- Membro do Conselho Fiscal da ANOP/Agência Noticiosa Portuguesa

- Presidente das Comissões de Remunerações da Assembleia-geral das Sociedades Anónimas do Sector Empresarial do Estado seguintes:

  - SETENAVE- Estaleiros navais de Setúbal, SA
  - ESTALEIROS NAVAIS DE VIANA DO CASTELO, SA
  - MARGUIERA-Sociedade Gestora de Fundos Imobiliários, SA
  - DOCAPESCA, SA
  - SILOPOR-Empresa de Silos Portuários, SA
  - URBINDÚSTRIA, SA
  - INDEP- Indústrias e Participações de Defesa, SA
  - PARTEST-Participações do Estado, SA
  - DRAGAPOR-Dragagens de Portugal, SA

- Administradora da SAGESTAMO, SGPS, Holding imobiliária do Estado (2002/2003)

Gestão das participações do Estado em empresas ligadas ao parque imobiliário, com acompanhamento das respectivas actividades de gestão, aquisição, venda de património

- Administradora da "CE-CIRCUITO DO ESTORIL" (2007/Nov2008 não executiva e a partir de Dez2008 executiva

Em Fundações e Associações

- Vice-Presidente da PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA (2000/2001)

  Preparação e acompanhamento do Plano Anual de Prevenção Rodoviária

  Estudo/preparação de inovações operacionais

  Criação de Sistemas de Informação e Controlo financeiro

- Administradora da FUNDAÇÃO RICARDO ESPÍRITO SANTO SILVA (2001/2003)

  Gestão do património imobiliário, artístico, do Museu e da Escola Superior de Artes

De preparação legislativa

- Na Assessoria a Gabinetes Ministeriais e na IGF:
  Preparação/colaboração na preparação de diplomas legais e regulamentares, em diversos sectores, avultando: Código de Procedimento Administrativo, Códigos Penal e de Processo Penal, legislação dos Revisores Oficiais de Contas, legislação dos Mediadores na Compra e Venda de Imóveis, legislação relativa ao Alto Comissário Contra a Corrupção e medidas de combate subsequentes, legislação regulamentadora das Empresas Públicas e Sector Empresarial do Estado, incluindo Estatutos, Leis Orgânicas de Serviços e Institutos Públicos, diplomas legais de transposição de Directivas Comunitárias sobre Controlo Financeiro, Combate à fraude, Documentos de Prestação de Contas e Contas Consolidadas

De cooperação internacional

União Europeia

- Participação, em Bruxelas, nos trabalhos preparatórios da adesão de Portugal (1984) com responsabilidade no âmbito dos *dossiers* Sociedades, Controlo financeiro, Documentos de prestação de Contas e Contas consolidadas

- Participação, em Bruxelas, em representação de Portugal, nas Conferências Internacionais sobre Protecção Jurídica dos Interesses Financeiros da Comunidade (1989)

- Acções diversas no Serviço Jurídico da Comissão Europeia, em Bruxelas, em todas as respectivas áreas de abrangência, bem como no Tribunal Europeu, Luxemburgo, na área da Concorrência

- Acção no âmbito da OCDE, Paris, sobre controlo das Finanças Públicas nos diversos sectores, incluindo combate à fraude e à corrupção, incidência fiscal e aplicação de fundos por empresas públicas e privadas (1990)

Estados Unidos

- Estudo de aplicações informáticas mundiais no âmbito do *e-government,* na Microsoft Corporation, em Seattle, em 2002

Países de África

- Cooperação em Cabo Verde, no âmbito de acção do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para lançamento de medidas de combate à corrupção, em especial estruturação e funcionamento da Inspecção-Geral de Finanças de Cabo Verde e lançamento do gabinete do Alto Comissário Contra a Corrupção (1991/92)

- Cooperação com outros países de África de língua portuguesa (PALOPs) designadamente Moçambique, Angola, Guiné, no âmbito do estabelecimento de medidas de controlo financeiro e combate à fraude e à corrupção, v. g. estruturando serviços de Inspecção (1991 e seguintes, através da IGF)

- Cooperação com países de África com maior incidência em Cabo Verde e Angola, no âmbito da estruturação de mecanismos de gestão e controlo do património público, incluindo a informatização e a criação de aplicações específicas de inventariação, gestão de imóveis, gestão de frotas e centrais de compras públicas (2002/2003)

Vogal não executivo

CURRICULUM VITAE

NOME: ***Abílio Ramos Marques***

MORADA: *Colares*

DATA DE NASCIMENTO: *17.05.49*

HABILITAÇÕES ESCOLARES: ***Licenciado em Finanças*** *pelo* ***Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras****, com a classificação de 15 valores, ano de 1972.*

FORMAÇÃO EXTRA-ESCOLAR: ***"Programa de Alta Direcção de Empresa"*** *ministrado pelo* ***IESE (Universidade de Navarra).***

Diversos cursos e seminários, em Portugal e no estrangeiro, com incidência nas áreas de Gestão Financeira, Gestão de Riscos, Fiscalidade, Gestão de Pessoal e Gestão Global.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

1971-1973 *- Empresa* ***"Intermercado, Gestão de Empresas, SARL"****, como economista júnior, tendo realizado trabalhos em empresas de diversos ramos de actividade nas áreas dos Estudos Económicos, Estudos de Mercado, Avaliação de Empresas, Auditoria, Consultadoria, etc.;*

1973-1976 *- Serviço militar obrigatório, tendo desempenhado as funções de capitão de Administração Militar na Região Militar de Angola.*
Cumulativamente leccionei uma cadeira no Curso Superior de Economia da Universidade de Luanda;

1976-1978 - *Empresa* ***"Rodoviária Nacional, EP"*** *sendo responsável pela contabilidade, exercendo cumulativamente funções no seu Núcleo de Organização;*

1978-1996 -*Empresa* ***"Portucel-Empresa de Celulose e Papel de Portugal, SA"*** *tendo exercido as seguintes funções:*

1978-1981 - *Director dos Serviços de Controlo Orçamental, sendo responsável pela organização do sistema de controlo orçamental a nível de empresa;*

1981-1984 - *Director dos Serviços Financeiros, assumindo cumulativamente responsabilidades na área da Gestão de Riscos;*

1984-1987 - *Director dos Serviços de Contabilidade, assumindo também a responsabilidade pela criação e implantação dos procedimentos automáticos a nível das funções contabilística e financeira e sua racionalização;*

1987-1993 - *Director Financeiro, com responsabilidades nas áreas de Gestão Financeira, Gestão de Riscos, Contabilidade e Fiscalidade.*

Participação nos trabalhos de reestruturação do Grupo que ocorreu em 1993;

1993-1996 - *Director Financeiro da Empresa Holding com responsabilidades, a nível de Grupo, nas áreas de Gestão Financeira, Gestão de Riscos, Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria Interna;*

Integração em diversos Grupos de Trabalho a nível da Empresa, nomeadamente nas áreas de Organização e Planeamento Estratégico;

Participação em Grupos de Trabalhos a nível de Associações de Empresas;

Exercício de diversas funções em Órgãos Sociais de Empresas Participadas (Conselhos Fiscais e Administrações, incluindo as funções de Presidente).

1996-2003 - *Empresa* ***"Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SARL"*** *exercendo as funções de Administrador, com os pelouros financeiro e comercial.*

Participação nas negociações internacionais relacionadas com os contractos de fornecimento de energia eléctrica e definição das respectivas tarifas e com a reestruturação do capital da Empresa.

2003- 2005 *- Empresa* ***"Portucel, Empresa de Celulose e Papel de Portugal, SGPS, SA"****, como assessor do Conselho de Administração, sendo, a partir de Setembro de 2004 responsável pela área financeira.*

Desde 2005 – Empresa ***"Parpública – Participações Públicas, (SGPS), SA"****, como Director.*

De 2007 a 2010 – Empresa ***"Inapa, IPG, SA"****, como Vogal não Executivo do Conselho de Administração, membro da Comissão de Auditoria.*

Desde 2008-Empresa ***"CE-Circuito Estoril, SA"****, como Vogal não Executivo do Conselho de Administração.*

OUTRAS ACTIVIDADES:

- *Monitor em cursos de aperfeiçoamento profissional, nas áreas de Técnicas de Planeamento, Organização Administrativa e Gestão Financeira.*
- *Participação em conferências, como orador, nomeadamente em áreas relacionadas com assuntos comunitários.*

Vencimentos dos Administradores

Presidente: A remuneração base ilíquida mensal seria 5.950,00. Com a redução inerente à aplicação da Lei nº 12-A/2010 a remuneração base ilíquida passou a ser de 5.652,50 €;
Com a redução inerente à aplicação da Lei nº 55-A/2010 a remuneração base ilíquida passou a ser de 5.087,25 €;

Vogal executiva: A remuneração base ilíquida mensal seria 4.980,00 €. Com a redução inerente à aplicação da Lei nº 12-A/2010 a remuneração base ilíquida passou a ser de 4.731,00 €;
Com a redução inerente à aplicação da Lei nº 55-A/2010 a remuneração base ilíquida passou a ser de 4.257,90 €;

Vogal não executivo: sem remuneração

Unid: €

Conselho de Administração	Domingos Piedade (Presidente)	Isabel Brazão (Vogal Executiva)	Abilio Ramos Marques (Vogal não Executivo)
Outras regalias e compensações anuais			
2,1 Gastos de utilização de telefones	4.660,21	4.651,29	-
2.2 Valor do combustivel gasto	5.560,23	2.345,53	-
2.3 Subsidio de refeição	1.551,22	1.551,22	-

NOTA FINANCEIRA

O resultado Liquido antes de Imposto foi negativo em 1.526.322,50 euros contra os 168.597,00 euros positivos orçamentados.

O desvio resultou para além do contexto de crise efectiva no sector do prejuízo de bilheteira verificada no MotoGP devido à intempérie e ainda com a impossibilidade de iniciar a exploração do kartódromo o que implicou um desvio mínimo de 550.000,00 euros face ao orçamentado.

PERSPECTIVAS PARA 2012

Passado que foi em 2010 um ano de ultrapassagem positiva pela CE das previsões financeiras e de volume de actividade da empresa, e constatando-se em 2011 uma curva descendente justificada não só pela crise forte no sector mas ainda por conjuntura climática gravosa no período do Moto GP com reflexo na bilheteira e pela inexistência da receita prevista com o kartódromo, espera-se que 2012 permita voltar ao ritmo já alcançado, o que já se tem verificado no decurso do 1º trimestre, com o volume de testes e treinos que mantiveram, até agora, uma boa ocupação de pista, incluindo a realização em Portugal de uma grande apresentação mundial da Toyota/Lexus.

Assim, apesar do contexto económico geral, com especial incidência para a CE no domínio da indústria automóvel em "queda", aponta-se para uma ocupação significativa da estrutura ao longo do ano e para a obtenção da receita com o funcionamento do kartódromo cuja falta implicou um forte desvio em 2011 em relação ao previsto.

Inadiável será, assim, em 2012 avançar rapidamente com a requalificação do circuito e áreas envolventes, procurando retirar do mesmo todas as potencialidades que a estrutura acolhe, num cenário de convergência para um alvo de mais-valia.

NOTA FINAL

Nos termos do nº 1 do art. 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, informa-mos não ser a Sociedade devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social ou às Finanças, bem como que não ocorreram factos relevantes após a data do balanço.

Invocando que o sucesso possível alcançado em 2011 só foi viável com sinergias, empenhamento pessoal e apoios institucionais, o Conselho de Administração agradece:

A todos os colaboradores sem cuja actuação dedicada as metas não teriam sido alcançadas;

À accionista, pela confiança e apoio prestados;

Às entidades de controlo, pelo acompanhamento efectuado;

A todos os outros que com as suas críticas construtivas nos motivam a um empenho cada vez maior no desempenho das nossas funções, e a atingir metas cada vez mais altas no que respeita à valorização dos activos do accionista e, desta forma, também de Portugal.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Pela leitura dos documentos de prestação de contas verifica-se um resultado líquido negativo de € 1.532.382,38 que se propõe seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Estoril, 8 de Março de 2012

A Administração

Domingos Caetano Ramos Piedade

Maria Isabel Brazão Garcia Courinha

Abílio Ramos Marques

CE – CIRCUITO ESTORIL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Moeda:Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	4	2,445,889.28	3,994,567.47
Subsídios à exploração	13	4,051,687.00	3,858,750.00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	(6,061.62)	(10,916.17)
Fornecimentos e serviços externos	6	(6,527,808.11)	(6,734,699.21)
Gastos com o pessoal	7	(501,584.88)	(521,394.49)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(7,508.57)	-
Outros rendimentos e ganhos	8	1,527,089.04	1,837,066.81
Outros gastos e perdas	9	(8,746.93)	(5,420.77)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		972,955.21	2,417,953.64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10	(2,529,951.81)	(2,550,504.09)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1,556,996.60)	(132,550.45)
Juros e rendimentos similares obtidos	11	84,701.51	-
Juros e gastos similares suportados	11	(54,027.41)	(21,540.58)
Resultado antes de impostos		(1,526,322.50)	(154,091.03)
Imposto sobre o rendimento do período	14	(6,059.88)	516,218.22
Resultado líquido do período		(1,532,382.38)	362,127.19

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Moeda:Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 2011	DATAS 2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	10	25,283,540.74	27,476,066.59
Activos por impostos diferidos	24	382,105.31	776,943.26
		25,665,646.05	28,253,009.85
Activo Corrente			
Inventários	15	35,157.35	38,989.97
Clientes	16	288,474.84	241,353.33
Adiantamentos a fornecedores	17	6,256.13	1,757.72
Estados e outros entes públicos	18	334,663.49	136,616.43
Outras contas a receber	19	3,689,903.78	3,216,968.08
Diferimentos	20	17,399.70	19,803.02
Caixa e depósitos bancários	21	2,933,350.23	33,422.49
		7,305,205.52	3,688,911.04
Total do activo		32,970,851.57	31,941,920.89
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	22	30,000,000.00	26,170,000.00
Outros instrumentos de capital próprio	23	15,674.40	15,674.40
Reservas legais	23	18,106.36	-
Resultados transitados	23	(2,439,562.78)	(2,378,951.68)
Outras variações no capital próprio	23	1,059,800.76	2,182,081.78
		28,654,018.74	25,988,804.50
Resultado líquido do período		(1,532,382.38)	362,127.19
Total do capital próprio		27,121,636.36	26,350,931.69
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	24	382,105.12	786,737.05
		382,105.12	786,737.05
Passivo corrente			
Fornecedores	17	3,780,699.30	3,535,293.27
Adiantamentos de clientes	16	7,720.33	8,357.53
Estado e outros entes públicos	18	38,233.83	28,000.12
Accionistas/sócios	26	1,012,145.97	1,077,424.06
Financiamentos obtidos	21	286,659.72	-
Diferimentos	20	207,578.75	30,652.47
Outras contas a pagar	25	134,072.19	124,524.70
		5,467,110.09	4,804,252.15
Total do passivo		5,849,215.21	5,590,989.20
Total do capital próprio e do passivo		32,970,851.57	31,941,920.89

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRECTO

	Exercício findo em 31 de Dezembro	
	2011	**2010**
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2,823,249.66	4,530,921.12
Pagamentos a fornecedores	(6,516,686.78)	(5,378,488.34)
Pagamentos ao pessoal	(500,892.56)	(521,394.49)
Caixa gerada pelas operações	(4,194,329.68)	(1,368,961.71)
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	(14,500.70)	(11,875.81)
Outros recebimentos/ pagamentos	(217,546.99)	(690,428.06)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	**(4,426,377.37)**	**(2,071,265.58)**
Fluxos de caixa das actividadades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(360,624.01)	(921,364.10)
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao investimento		1,539,000.00
Juros e rendimentos similares		
Imobilizações incorpóreas		(73,415.00)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	**(360,624.01)**	**617,635.90**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	185,000.00	1,000,000.00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	3,830,000.00	1,650,000.00
Subsidios	3,654,250.00	
Outras operações de financiamento	33,401.75	
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(185,000.00)	(1,000,000.00)
Juros e gastos e similares	(117,382.35)	(407.15)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	**7,400,269.40**	**1,649,592.85**
Variação de caixa e seus equivalentes	2,613,268.02	195,963.17
Caixa e seus equivalentes no início do período	33,422.49	(185,247.95)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**2,646,690.51**	**10,715.22**
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	2,500.00	2,500.00
Depósitos bancários	2,644,190.51	30,922.49
	2,646,690.51	**33,422.49**

600(2016) 11/01
1400000(2016) 17/02
1654250 (2011) 2014

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

CAPITAIS PRÓPRIOS

	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2010	61,300,000.00	15,674.40	-	(38,051,485.62)	3,529,508.84	(621,659.11)	26,172,038.51
Alterações no período							
Aplicação dos resultados				(621,659.11)		621,659.11	-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							-
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Melhor cond.seg.					(309,243.44)		(309,243.44)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Com.Jogo Estoril					(46,143.52)		(46,143.52)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Obras/rect.preços					(14,988.36)		(14,988.36)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Outros subsidios					(1,462,858.69)		(1,462,858.69)
Anulaçao imp.diferidos s/reinteg.dos investimentos					485,806.95		485,806.95
Redução capital em 4.11.2010	(36,780,000.00)			36,780,000.00			-
Aumento Capital em 4.11.2010	1,650,000.00						1,650,000.00
Anulação de impostos diferidos				(485,806.95)			(485,806.95)
	(35,130,000.00)	**-**	**-**	**35,672,533.94**	**(1,347,427.06)**	**621,659.11**	**(183,234.01)**
Resultado líquido do período						362,127.19	362,127.19
Resultado integral	**26,170,000.00**	**15,674.40**	**-**	**(2,378,951.68)**	**2,182,081.78**	**362,127.19**	**26,350,931.69**
A 31 de Dezembro de 2010	**26,170,000.00**	**15,674.40**	**-**	**(2,378,951.68)**	**2,182,081.78**	**362,127.19**	**26,350,931.69**
A 01 de Janeiro de 2011	**26,170,000.00**	**15,674.40**	**-**	**(2,378,951.68)**	**2,182,081.78**	**362,127.19**	**26,350,931.69**
Movimentos Período - 2011							
Reclassificação activos intangíveis(Reinteg.Exercicio)							-
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Melhor cond.seg.					(331,846.36)		
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Com.Jogo Estoril					(59,528.88)		
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Obras/rect.preços					(15,817.97)		
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Outros subsidios					(1,119,719.74)		
Anulaçao imp.diferidos s/reinteg.dos investimentos					404,631.93		404,631.93
Correcções reintegrações							-
Aplicação dos resultados			18,106.36	344,020.83		(362,127.19)	-
Anulação de impostos diferidos				(404,631.93)			(404,631.93)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	3,830,000.00						3,830,000.00
	3,830,000.00	**-**	**18,106.36**	**(60,611.10)**	**(1,122,281.02)**	**(362,127.19)**	**3,830,000.00**
Resultado líquido do período						(1,532,382.38)	(1,532,382.38)
A 31 de Dezembro de 2011	**30,000,000.00**	**15,674.40**	**18,106.36**	**(2,439,562.78)**	**1,059,800.76**	**(1,532,382.38)**	**28,648,549.31**

CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

RUBRICAS	Exercício findo em 31 de Dezembro 2011	2010
Vendas e serviços prestados	6,497,576.28	7,853,317.47
Custo das vendas e dos serviços prestados	(6,068,042.26)	(5,724,266.57)
Resultado bruto / Margem bruta	**429,534.02**	**2,129,050.90**
Outros rendimentos	1,527,089.04	1,837,066.81
Gastos de distribuição		(5,541.50)
Gastos administrativos	(741,138.37)	(631,166.66)
Outros gastos	(2,772,834.58)	(3,461,960.07)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**(1,557,349.89)**	**(132,550.52)**
Gastos de financiamento (liquidos)	31,027.39	(21,540.51)
Resultados antes de impostos	**(1,526,322.50)**	**(154,091.03)**
Imposto sobre o rendimento do período	(6,059.88)	516,218.22
Resultado líquido do período	**(1,532,382.38)**	**362,127.19**

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRECTO

	Exercício findo em 31 de Dezembro	
	2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2,823,249.66	4,530,921.12
Pagamentos a fornecedores	(6,516,686.78)	(5,378,488.34)
Pagamentos ao pessoal	(500,892.56)	(521,394.49)
Caixa gerada pelas operações	(4,194,329.68)	(1,368,961.71)
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	(14,500.70)	(11,875.81)
Outros recebimentos/ pagamentos	69,112.73	(690,428.06)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	**(4,139,717.65)**	**(2,071,265.58)**
Fluxos de caixa das actividadades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(360,624.01)	(921,364.10)
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao investimento		1,539,000.00
Juros e rendimentos similares		
Imobilizações incorpóreas		(73,415.00)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	**(360,624.01)**	**617,635.90**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	185,000.00	1,000,000.00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	3,830,000.00	1,650,000.00
Subsidios	3,654,250.00	
Outras operações de financiamento	33,401.75	
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(185,000.00)	(1,000,000.00)
Juros e gastos e similares	(117,382.35)	(407.15)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	**7,400,269.40**	**1,649,592.85**
Variação de caixa e seus equivalentes	2,899,927.74	195,963.17
Caixa e seus equivalentes no início do período	33,422.49	(162,540.28)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**2,933,350.23**	**33,422.89**
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	2,500.00	2,500.00
Depósitos bancários	2,930,850.23	30,922.49
	2,933,350.23	**33,422.49**

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A 31 DE DEZEMBRO de 2011

NOTA INTRODUTÓRIA

As notas que se seguem foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo conselho de administração em 8 Março de 2012.

Não foi derrogada qualquer disposição do SNC que afecte a imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

1. INFORMAÇÃO GERAL DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

A **CE – Circuito Estoril, S.A.** é detida pela Parpública, SGPS, SA, pertencente ao Grupo Parpública. As notas explicativas a seguir apresentadas respeitam às demonstrações financeiras individuais, apresentando a Parpública demonstrações financeiras consolidadas.

A **CE – Circuito Estoril, S.A.** tem a sua sede na Avenida Alfredo César Torres, Apartado 49, 2646-901 Alcabideche, Concelho de Cascais, Portugal.

A sociedade até 1 de Abril de 2007 não exerceu qualquer actividade de exploração e o seu património consistia num recinto desportivo afecto aos desportos motorizados, composto por um conjunto de bens, construções e infra-estruturas, que em 1998 estabeleceu um contrato entre si e uma sociedade gestora de património com duração de 15 anos.

A partir de 1 de Abril de 2007 a sociedade exerce a actividade de exploração do autódromo exercida anteriormente pela sociedade (Sociedade Gestora do Autódromo, S.A.).

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de preparação

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas, que lhes são aplicáveis, que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), os quais são designados genericamente por NCRF. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas o Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº15652/2009); os Modelos de Demonstrações Financeiras (portaria nº986/2009), o Código de Contas (Portaria nº1011/2009) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) (Aviso nº 15655/2009) e as Normas Interpretativas (Aviso nº 15653/2009). Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

As Demonstrações Financeiras da CE – Circuito Estoril, S.A. foram preparadas em harmonia com os princípios de contabilidade geralmente aceites, aplicando-se o modelo do custo deduzido de imparidades, na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, especialização de exercícios, consistência e substância sobre a forma e materialidade.

A accionista Parpública, SGPS, S.A. detentora de 100% do Capital Social, deliberou, a alteração da denominação da sociedade anterior (Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, S.A.) para a actual sociedade (CE – Circuito Estoril, S.A.) tendo esta designação sido aprovada pelo certificado de admissibilidade nº 627907, emitido em 9 de Março de 2007, pelo RNPC.

Foi igualmente deliberado pelo accionista integrar a actividade de exploração do autódromo exercida anteriormente pela sociedade (Sociedade Gestora do Autódromo, S.A.), na actual sociedade, CE – Circuito Estoril, S.A.

A modalidade escolhida como a mais adequada à referida transferência da actividade consistiu na operação de entrada de activos, a coberto do regime da neutralidade fiscal.

Com a entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabílistica (SNC), os subsídios não reembolsáveis recebidos do Estado, foram contabilizados numa conta dos Capitais próprios (593-Subsídios).

Todos os valores constantes das notas e para as quais não esteja indicada a unidade monetária, estão expressos em EUROS.

Transacções em moeda estrangeira

A moeda funcional e de apresentação da CE – Circuito Estoril, S A, é o EURO.

Todas as diferenças existentes são levadas a resultados no período em que ocorrem.

Activos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo modelo do custo deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Para os bens transferidos da Sociedade Gestora do Autódromo, foi utilizada a mesma taxa que era praticada por essa Sociedade por forma a que no final do ano 2012 todos os bens constantes da conta Edificios e Outras Construções se encontrem totalmente depreciados.

Encontram-se registados nesta rúbrica activos tangíveis em curso no valor total de 729.871,14 € respeitante à obra denominada Concepção, Projecto e Construção do Kartódromo e Escola de Condução Defensiva.

Imparidade de activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Gastos de financiamento

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do activo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Caixa e seus equivalentes

A Caixa e seus equivalentes são compostas por dinheiro e investimentos altamente líquidos prontamente convertíveis para dinheiro, sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

Instrumentos financeiros

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos activos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução quanto à imparidade ou incobrabilidade. Os activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos. Os activos financeiros mensurados pelo custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. A perda por imparidade dos activos financeiros mensurados ao custo amortizado, corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original. Em relação aos

activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo. Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objectivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões) no período em que são determinadas. São desreconhecidos activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Clientes

A maioria das prestações de serviços são realizadas em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o principio da especialização dos exercícios.

Subsídios

Os subsídios destinados às obras da infra-estrutura do autódromo, tiveram origem na realização do Capital em espécie que consta do inventário especialmente preparado par o efeito quando da transferência de Activos e Passivos da Sociedade Gestora do Autódromo, SA, a qual ocorreu em 1 de Abril de 2007.

A operação referida anteriormente segue o regime da neutralidade prevista no Artº 67 e seguinte do CIRC, pelo que os Activos e Passivos objecto de transferência foram inscritos na contabilidade desta sociedade, com os mesmos valores que tinham na contabilidade da anterior sociedade.

Os subsídios do Governo relativos à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente registados no capital próprio e subsequentemente reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos activos associados.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Rédito

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rúbricas de Diferimentos ou Outras contas a pagar ou a receber.

Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco a dez anos para a Segurança Social, conforme aplicação do regime de transição). Deste modo, as declarações fiscais das Empresas incluídas na consolidação dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a Empresa considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não terão efeito significativo nas Demonstrações Financeiras à data de 31 de Dezembro de 2011.

Impostos sobre Lucros

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).
Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias. Um activo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias e reportes fiscais dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada. Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis excepto quando esse imposto diferido resultar de reconhecimento inicial do goodwill ou reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e não afecte, no momento dessa transacção, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável. Os Impostos Correntes e Diferidos são reconhecidos como um rendimento ou como um gasto e incluídos no resultado líquido do período, excepto quando o imposto provenha de uma transacção ou acontecimento que seja reconhecido, no mesmo ou num diferente período, directamente no capital próprio, caso em que o respectivo imposto é directamente debitado ou creditado ao Capital Próprio.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

4. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	2011	2010
Vendas de Produtos		
Mercado interno	11,574.72	18,273.26
Sub-total	**11,574.72**	**18,273.26**
Prestação de Serviços - Mercado Interno	1,408,070.00	826,288.59
Prestação de Serviços - Uniao Europeia	835,874.56	3,148,352.62
Prestação de Serviços - Países terceiros	190,370.00	1,653.00
Sub-total	**2,434,314.56**	**3,976,294.21**
Vendas e prestações de serviços	**2,445,889.28**	**3,994,567.47**

5. CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	2011	2010
	Mercadorias	Mercadorias
1. Existência iniciais	38,989.97	28,575.34
2. Compras	2,229.00	21,330.80
4. Existência finais	35,157.35	38,989.97
5.CMVMC (1+2±3-4)	**6,061.62**	**10,916.17**

6. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

	2011	2010
Trabalhos especializados	822,585.82	988,022.57
Inscrição provas	4,164,989.40	3,880,750.00
Publicidade	180,124.31	151,963.81
Vigilância e segurança	287,196.33	364,669.03
Honorários	97,769.70	111,289.48
Comissões	5,840.66	6,602.78
Conservação e reparação equipamentos	118,167.14	143,532.64
Ferramentas e utensilios	9,688.13	34,427.06
Material Escritorio	1,559.59	5,636.90
Electricidade	54,637.23	101,767.60
Combustiveis	88,244.14	342,631.69
Agua	10,721.05	11,559.84
Outros fluidos	2,049.35	3,508.45
Deslocações e estadas	33,072.46	37,316.62
Rendas Viaturas	34,604.81	38,238.30
Alugueres Viaturas	5,051.66	4,099.40
Rendas Outras	369,035.63	241,749.47
Comunicação	60,655.66	60,853.26
Seguros	47,031.17	52,607.91
Despesas representação	9,692.08	7,448.30
Conservação e reparação viaturas	4,922.55	6,149.25
Limpeza,higiene e conforto	86,997.97	124,011.13
Outros	33,171.27	15,863.72
Fornecimentos e serviços externos	**6,527,808.11**	**6,734,699.21**

A CE Circuito Estoril detém o direito, em locações operacionais, de utilização de diversos veículos, os quais levaram ao reconhecimento gos gastos com Rendas Viaturas acima indicados.

No final do período, a CE tem compromissos por locações operacionais não canceláveis com os seguintes vencimentos:

	2011	2010
A menos de 1 ano	37,354.80	38,105.04
A mais de 1 ano e a menos de 5 anos	20,683.30	36,874.68

7. GASTOS COM O PESSOAL

	2011	2010
Remunerações		
Orgãos sociais	126.071,88	114.513,73
Pessoal	278.091,08	308.839,44
	404.162,96	**423.353,17**
Prémios de seguro	14.081,10	11.138,78
Encargos sobre remunerações	81.646,95	83.825,77
Outros	1.693,87	3.076,77
Sub-total	**97.421,92**	**98.041,32**
Gastos com o pessoal	**501.584,88**	**521.394,49**

8. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Outros rendimentos e ganhos

	2011	2010
Subsidios ao investimento	1,526,912.95	1,833,234.01
Outros	176.09	3,832.80
	1,527,089.04	1,837,066.81

9. OUTROS GASTOS E PERDAS

Detalhe de outros gastos

	2011	2010
Imposto de selo	482.14	278.58
Imposto unico circulação	79.00	77.00
Taxas	709.71	4,739.72
Outros impostos indirectos		85.00
Multas	5,546.20	237.65
Anulação PEC	1,250.00	
Alienações activos tangíveis	685.54	
Outros	-5.66	2.82
	8,746.93	5,420.77

10. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2010							
Custo de aquisição	19,339,400.00	37,517,558.73	485,801.50	128,457.45	140,117.49	103,785.30	57,715,120.47
Depreciações acumuladas	-	(27,546,418.21)	(388,431.41)	(114,089.29)	(113,626.47)	(82,177.51)	(28,244,742.89)
Valor líquido	**19,339,400.00**	**9,971,140.52**	**97,370.09**	**14,368.16**	**26,491.02**	**21,607.79**	**29,470,377.58**
Adições		49,145.70	14,669.00		2,060.34	839.50	66,714.54
Alienações							-
Depreciação - exercício		(2,502,705.24)	(26,645.66)	(5,281.12)	(11,835.81)	(4,036.26)	(2,550,504.09)
Depreciação - alienações							-
Valor líquido	19,339,400.00	7,517,580.98	85,393.43	9,087.04	16,715.55	18,411.03	26,986,588.03
31 de Dezembro de 2010	19,339,400.00	7,517,580.98	85,393.43	9,087.04	16,715.55	18,411.03	26,986,588.03
Custo de aquisição	19,339,400.00	37,566,704.43	500,470.50	128,457.45	142,177.83	104,624.80	57,781,835.01
Depreciações acumuladas	-	(30,049,123.45)	(415,077.07)	(119,370.41)	(125,462.28)	(86,213.77)	(30,795,246.98)
Valor líquido	**19,339,400.00**	**7,517,580.98**	**85,393.43**	**9,087.04**	**16,715.55**	**18,411.03**	**26,986,588.03**
ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS EM CURSO		489,478.56					489,478.56
TOTAL GERAL	**19,339,400.00**	**8,007,059.54**	**85,393.43**	**9,087.04**	**16,715.55**	**18,411.03**	**27,476,066.59**

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2011							
Custo de aquisição	19,339,400.00	37,566,704.43	500,470.50	128,457.45	142,177.83	104,624.80	57,781,835.01
Depreciações acumuladas	-	(30,049,123.45)	(415,077.07)	(119,370.41)	(125,462.28)	(86,213.77)	(30,795,246.98)
Valor líquido	**19,339,400.00**	**7,517,580.98**	**85,393.43**	**9,087.04**	**16,715.55**	**18,411.03**	**26,986,588.03**
31 de Dezembro de 2011							
Adições		14,850.00	1,300.00		81,568.92		97,718.92
Alienações/Abates					(10,747.86)		(10,747.86)
Depreciação - exercício		(2,477,468.58)	(27,990.57)	(3,981.31)	(17,758.02)	(2,753.33)	(2,529,951.81)
Depreciação - alienações					10,062.32		10,062.32
Valor líquido	**19,339,400.00**	**5,054,962.40**	**58,702.86**	**5,105.73**	**79,840.91**	**15,657.70**	**24,553,669.60**
31 de Dezembro de 2011							
Custo de aquisição	19,339,400.00	37,581,554.43	501,770.50	128,457.45	212,998.89	104,624.80	57,868,806.07
Depreciações acumuladas	-	(32,526,592.03)	(443,067.64)	(123,351.72)	(133,157.98)	(88,967.10)	(33,315,136.47)
Valor líquido	**19,339,400.00**	**5,054,962.40**	**58,702.86**	**5,105.73**	**79,840.91**	**15,657.70**	**24,553,669.60**
ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS EM CURSO		729,871.14					729,871.14
TOTAL GERAL	**19,339,400.00**	**5,784,833.54**	**58,702.86**	**5,105.73**	**79,840.91**	**15,657.70**	**25,283,540.74**

Os terrenos foram avaliados em 2007 por uma entidade independente numa óptica de valor razoável de mercado em 19.339.400,00.

Os Edifícios e Outras Construções foram avaliados em 2007 por uma entidade independente numa optica de valor razoável de mercado em 24.901.751,00. O diferencial positivo de avaliação (reavaliação) de 8.258.848,00 não foi reconhecido.

11. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

	2011	2010
Ganhos financeiros		
Juros obtidos	84,701.51	
	84,701.51	**0.00**

12. IMPARIDADES

Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

	2011	2010
Imparidade divida a receber clientes	7,508.57	
	7,508.57	0.00

13. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Subsídios à exploração	2011	2010
Do Estado	4,051,687.00	3,858,750.00
	4,051,687.00	**3,858,750.00**

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A sociedade encontram-se sujeita a importo sobre as pessoas colectivas (IRC), sendo a taxa actual de 12,5% sobre 12.500,00€ e 25% sobre o restante acrescida da derrama de 1,5%. Nos termos do Artª 81º do CIRC, a empresa está sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas aí previstas.

	2011	2010
Resultado antes de Imposto	(1,526,322.50)	(154,091.03)
Taxa de Imposto	26.50%	26.50%
Custos não dedutíveis	5,546.20	237.65
Efeito correcção imposto diferido	(404,631.93)	(485,806.95)
Tributação autónoma	15,853.86	8,111.48
	(383,231.87)	(477,457.82)
Imposto s/ rendimento corrente **(1)**	15,853.86	8,111.48
Imposto s/ rendimento diferido **(2)**	(9,793.98)	(524,329.70)
Imposto s/ rendimento	6,059.88	(516,218.22)
Taxa efectiva de imposto		

(1) - Tributações autónomas	2011	2010
- Desp. Representação	1,938.42	744.83
- Conservação viaturas-	803.68	157.74
- Combustíveis	3,415.69	2,975.15
- Renting viaturas	9,696.07	4,233.77
	15,853.86	8,111.48

(2) - Passivos por Impostos Diferidos	2011	2010
1T 2011 - 408.545,59 x 26,5%	(108,264.58)	
2T 2011 - 363.540,34 x 26,5%	(96,338.19)	
3T 2011 - 377.397,54 x 26,5%	(100,010.35)	
4T 2011 - 377.429,48 x 26,5%	(100,018.81)	
	(404,631.93)	-
1T 2010 - 463.576,80 x 26,5%		(122,848.00)
2T 2010 - 459.838,54 x 26,5%		(121,857.00)
3T 2010 - 460.988,41 x 26,5%		(122,161.93)
4T 2010 - 448.830,26 x 26,5%		(118,940.02)
	-	**(485,806.95)**

(2) - Activos por Impostos Diferidos	2011	2010
Prejuízos fiscais:		
Final de 2011	394,837.95	-38,522.75
	394,837.95	**-38,522.75**
TOTAL IMPOSTO DIFERIDO	**-9,793.98**	**-524,329.70**

15. INVENTÁRIOS

Inventário	2011	2010
Mercadorias	35,157.35	38,989.97
Total inventários	**35,157.35**	**38,989.97**

16. CLIENTES

	2011		2010	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Clientes	288,474.84	288,474.84	241,353.33	241,353.33
Clientes de cobrança duvidosa	65,610.72	65,610.72		-
	354,085.56	354,085.56	241,353.33	241,353.33
Perdas por imparidade	(65,610.72)	(65,610.72)		-
Total Clientes	**288,474.84**	**288,474.84**	**241,353.33**	**241,353.33**
Adiantamento clientes	7,720.33	7,720.33	8,357.53	8,357.53
Total adiantamento clientes	**7,720.33**	**7,720.33**	**8,357.53**	**8,357.53**

17. FORNECEDORES

Descrição	2011	2010
Fornecedores gerais	3,780,699.30	3,535,293.27
Total saldo fornecedores - correntes	3,780,699.30	3,535,293.27
Adiantamento a fornecedores		
Fornecedores gerais	6,256.13	1,757.72
Total saldo adiantamento a fornecedores - correntes	6,256.13	1,757.72

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	2011		2010	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	46,113.33	15,853.86	26,910.00	5,710.70
Impostos s/ rendimento - IRS		5,614.00		6,176.57
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	288,550.16		109,706.43	
Contribuições p/ segurança social		15,629.61		14,440.10
Outros impostos		1,136.36		1,672.75
	334,663.49	**38,233.83**	**136,616.43**	**28,000.12**

Detalhe da rubrica de IRC

	2011	2010
Pagamentos por conta	34,450.00	26,910.00
Retenções na fonte	11,663.33	2,400.78
Estimativa de IRC	(15,853.86)	(8,111.48)
Total	**30,259.47**	**21,199.30**

19. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2011		2010	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Outros devedores	4.107,55	4.107,55	4.916,68	4.916,68
Adiantamento orgãos sociais	41.122,98	41.122,98		
Remunerações orgãos sociais		0,00	6.345,04	6.345,04
	45.230,53	45.230,53	11.261,72	11.261,72
Acrescimos de rendimentos				
Juros a receber	42.151,51	42.151,51		
Turismo Portugal - Moto GP 2011	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
Cam. Municipal Cascais-2010/2011	1.300.968,50	1.300.968,50	602.250,00	602.250,00
Instituto Desporto Portugal-2010/2011	1.300.968,50	1.300.968,50	602.250,00	602.250,00
Outros acrescimos	584,74	584,74	1.206,36	1.206,36
	3.644.673,25	3.644.673,25	3.205.706,36	3.205.706,36
Outras contas a receber	**3.689.903,78**	**3.689.903,78**	**3.216.968,08**	**3.216.968,08**

20. DIFERIMENTOS

	2011	2010
Seguros	17,015.09	18,924.70
Manutenção	225.75	296.24
Outros serviços	158.86	582.08
Gastos a reconhecer	**17,399.70**	**19,803.02**
Reservas circuito	206,256.40	29,330.12
Outros rendimentos	1,322.35	1,322.35
Rendimentos a reconhecer	**207,578.75**	**30,652.47**

21. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	2011	2010
Numerário		
- Caixa	2,500.00	2,500.00
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	850.23	30,922.49
- Depósitos a prazo	2,930,000.00	
	2,930,850.23	30,922.49
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	2,933,350.23	33,422.49

Equivalentes a caixa	2011	2010
Descobertos bancários	286,659.72	
Caixa e equivalentes de caixa (passivo)	**286,659.72**	**0.00**

22. CAPITAL REALIZADO

A seguinte entidade detêm mais de 20% do capital subscrito:

Entidade	%
Parpública- Participações Públicas, SGPS, S A	100,00

	2011		2010	
	Número de acções	**Capital Social**	**Número de acções**	**Capital Social**
	15,000,000	30,000,000.00	15,000,000	30,000,000.00
Capital Realizado	**15,000,000**	**30,000,000.00**	**13,085,000**	**26,170,000.00**

23. VARIAÇÕES CAPITAIS PRÓPRIOS

CAPITAIS PRÓPRIOS

	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2010	61,300,000.00	15,674.40	-	(38,051,485.62)	3,529,508.84	(621,659.11)	26,172,038.51
Alterações no período							
Aplicação dos resultados				(621,659.11)		621,659.11	-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							-
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Melhor cond.seg.					(309,243.44)		(309,243.44)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Com.Jogo Estoril					(46,143.52)		(46,143.52)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Obras/rect.preços					(14,988.36)		(14,988.36)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Outros subsidios					(1,462,858.69)		(1,462,858.69)
Anulaçao imp.diferidos s/reinteg.dos investimentos					485,806.95		485,806.95
Redução capital em 4.11.2010	(36,780,000.00)			36,780,000.00			-
Aumento Capital em 4.11.2010	1,650,000.00						1,650,000.00
Anulação de impostos diferidos				(485,806.95)			(485,806.95)
	(35,130,000.00)	**-**	**-**	**35,672,533.94**	**(1,347,427.06)**	**621,659.11**	**(183,234.01)**
Resultado líquido do período						362,127.19	362,127.19
Resultado integral	**26,170,000.00**	**15,674.40**	**-**	**(2,378,951.68)**	**2,182,081.78**	**362,127.19**	**26,350,931.69**
A 31 de Dezembro de 2010	**26,170,000.00**	**15,674.40**	**-**	**(2,378,951.68)**	**2,182,081.78**	**362,127.19**	**26,350,931.69**
A 01 de Janeiro de 2011	**26,170,000.00**	**15,674.40**	**-**	**(2,378,951.68)**	**2,182,081.78**	**362,127.19**	**26,350,931.69**
Movimentos Período - 2011							
Reclassificação activos intangiveis(Reinteg.Exercicio)							-
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Melhor cond.seg.					(331,846.36)		
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Com.Jogo Estoril					(59,528.88)		
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Obras/rect.preços					(15,817.97)		
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Outros subsidios					(1,119,719.74)		
Anulaçao imp.diferidos s/reinteg.dos investimentos					404,631.93		404,631.93
Correcções reintegrações							-
Aplicação dos resultados			18,106.36	344,020.83		(362,127.19)	-
Anulação de impostos diferidos				(404,631.93)			(404,631.93)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	3,830,000.00						3,830,000.00
	3,830,000.00	**-**	**18,106.36**	**(60,611.10)**	**(1,122,281.02)**	**(362,127.19)**	**3,830,000.00**
Resultado líquido do período						(1,532,382.38)	(1,532,382.38)
A 31 de Dezembro de 2011	**30,000,000.00**	**15,674.40**	**18,106.36**	**(2,439,562.78)**	**1,059,800.76**	**(1,532,382.38)**	**28,648,549.31**

24. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

	2011	2010
Impacto na demonstração dos resultados		
Activos por impostos diferidos	-394,837.95	38,522.75
Passivos por impostos diferidos	404,631.93	485,806.95
	9,793.98	524,329.70
Impacto no Balanço		
Activos por impostos diferidos	382,105.31	776,943.26
Passivos por impostos diferidos	382,105.12	786,737.05
	0.19	-9,793.79

Os passivos por impostos diferidos apresentam o seguinte detalhe:

EXERCICIO DE 2011	Capitais Próprios c/ 5939	Balanço 2742	Capitais Próprios 56199	Resultados 8122
Movimentos exercicio:				
Saldo inicial:		-786,737.05		
1T 2011 - 408.545,59 x 26,5%	-108,264.58	108,264.58	108,264.58	-108,264.58
2T 2011 - 363.540,34 x 26,5%	-96,338.19	96,338.19	96,338.19	-96,338.19
3T 2011 - 377.397,54 x 26,5%	-100,010.35	100,010.35	100,010.35	-100,010.35
4T 2011 - 377.429,48 x 26,5%	-100,018.81	100,018.81	100,018.81	-100,018.81
Saldo final em 31.12.2011	-404,631.93	-382,105.12	404,631.93	-404,631.93

EXERCICIO DE 2010	Capitais Próprios c/ 5939	Balanço 2742	Capitais Próprios 56199	Resultados 8122
Movimentos exercicio:				
1.1.2010-Trf da c/2747 (subsidios aos investimento para a conta 5939 (Imp.Diferidos) 4.802.052,84 x 26,5%	1,272,544.00	-1,272,544.00		
1T 2010 - 463.576,80 x 26,5%	-122,848.00	122,848.00	122,848.00	-122,848.00
2T 2010 - 459.838,54 x 26,5%	-121,857.00	121,857.00	121,857.00	-121,857.00
3T 2010 - 460.988,41 x 26,5%	-122,161.93	122,161.93	122,161.93	-122,161.93
4T 2010 - 448.830,26 x 26,5%	-118,940.02	118,940.02	118,940.02	-118,940.02
Saldo final em 31.12.2010	786,737.05	-786,737.05	485,806.95	-485,806.95

O valor do reporte de prejuízos ascende a 4.041.473,96 incluindo o próprio ano.
Só foram registados impostos diferidos activos de 382 105 euros que corresponde a 1 528 420 euros de reporte de prejuízos.

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2011		2010	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Fornecedores investimentos				
Fornecedores gerais	27.838,37	27.838,37	31.306,90	31.306,90
Outros credores				
Sindicatos	114,70	114,70		
Credores diversos	176,20	176,20	1.404,26	1.404,26
Acréscimos de gastos				
Férias,sub. Férias e encargos	31.710,47	31.710,47	64.440,30	64.440,30
Juros a pagar	3.676,14	3.676,14	1.632,22	1.632,22
Outros	70.556,31	70.556,31	25.741,02	25.741,02
Outras contas a pagar	**134.072,19**	**134.072,19**	**124.524,70**	**124.524,70**

26. ACCIONISTAS/SÓCIOS (TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS)

As transacções com partes relacionadas foram feitas em termos equivalente aos que prevalecem nas transacções em que não existe relacionamento entre as partes.

Os saldos e transacções com partes relacionadas, ou seja, com Empresas entre as quais existe a capacidade de controlo ou de exercer influência significativa na tomada de decisões financeiras e operacionais, são como segue

	2011			2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
ACCIONISTAS - Parpública						
Empréstimos	961,658.88		961,658.88	961,658.88		961,658.88
Outras Operações	50,487.09		50,487.09	115,765.18		115,765.18
	1,012,145.97	**0.00**	**1,012,145.97**	**1,077,424.06**	**0.00**	**1,077,424.06**

Alcabideche, 08 de Março de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS